

DA: ASSESSORIA JURÍDICA
PARA: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
OBJETO: ANÁLISE DE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO N° 003/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO n°. 013.0003911/2022

PARECER JURÍDICO PRÉVIO

Trata-se de procedimento Licitatório na Modalidade **TOMADA DE PREÇO**, tipo Menor Preço Valor Global, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE EVENTO NO BALNEÁRIO BELÉM BRASÍLIA DO MUNICÍPIO DE GUADALUPE-PI.**

O valor estimado da futura contratação, baseado em planilha média dos valores para contratação do serviço, é de **R\$ 447.987,84 (quatrocentos e quarenta e sete mil e novecentos e oitenta e sete reais e oitenta e quatro centavos)**, não havendo, portanto, óbice para que o certame ocorra através da modalidade pretendida.

Os recursos financeiros destinados ao pagamento da despesa devidamente garantidos com recurso próprio do órgão requisitante e Dotação Orçamentária oriundas da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA FUNCIONAL: 2022 CLASSIFICAÇÃOECONOMICA: 449051.

É o relatório, passamos ao parecer:

O parágrafo único do art. 38 da Lei Federal n° 8.666/93, assim dispõe:

As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

A norma citada é fundamental para assegurar a correta aplicação do princípio da legalidade, para que os instrumentos convocatórios e contratos não contenham estipulações que não estejam de acordo com a lei, posto que o preceito da legalidade é singularmente relevante nos atos administrativos. Assim, se faz necessário o exame prévio e aprovação das minutas, para que a Administração não se sujeite a violar um princípio de direito, o que é severamente mais grave do que transgredir uma norma.

Esse exame prévio almeja preservar a necessária e indispensável legalidade dos atos da Administração, impedindo o surgimento de situação que em descompasso com o regime Jurídico vigente, estejam amoldadas no padrão de conduta imposto ao Gestor da coisa pública. Verifica-se que o protocolo, justifica o pedido de

autorização para a contratação em questão. A Autorização da autoridade superior para abertura do Certame público dos autos, obedecendo, assim, a legislação vigente. Contata-se nos autos que existe a Planilha Orçamentária obedecendo ao Diploma legal quanto a tal exigência no que tange a este tipo de contratação.

O Edital não representa qualquer ofensa ao princípio da legalidade e também não há o que se falar em violação ao princípio da economicidade, da igualdade, uma vez que foi obedecido em todos os seus termos. Ao analisarmos a Minuta de Contrato, verificamos que estão presentes todas as cláusulas necessárias, elencadas pelo Artigo 55 da lei 8666/93, estando em conformidade com a Legislação em vigor.


Feitas as observações pertinentes, concluímos que, do ponto de vista jurídico, até o presente momento, conforme consta dos autos não há óbice à viabilização do Processo Licitatório pretendido, estando preenchidos os requisitos do Art. 40 da lei 8666/93 e demais Legislações pertinentes.

Como conclusão, fica o parecer favorável à realização para os fins aqui estabelecidos. Este é o parecer, s.m.j. ficando, no entanto, submetido à apreciação da Senhora Prefeita Municipal para quaisquer considerações, com ênfase no sentido de que o Processo em apreço se encontra, portanto, dentro das formalidades legais até o presente momento, conforme consta dos autos.

Registro, por fim, que a análise consignada neste parecer se ateuve às questões jurídicas observadas na instrução processual e no edital, com seus anexos, nos termos das normas aqui citadas. Não se incluem no âmbito de análise da Assessoria os elementos técnicos pertinentes ao certame, como aqueles de ordem financeira ou orçamentária, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente da Prefeitura Municipal de Guadalupe.

É o nosso parecer, S.M.J., Retornem-se os autos a CPL.

Guadalupe (PI), 21 de julho de 2022.



Dr. João Alberto Bandeira Arnaud Filho
Assessor Jurídico
Advogado OAB/PI 11.725

DA: ASSESSORIA JURÍDICA
PARA: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
OBJETO: ANÁLISE DE PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO N° 003/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO n°. 013.0003911/2022

PARECER JURÍDICO CONCLUSIVO

Trata-se de procedimento Licitatório na Modalidade **TOMADA DE PREÇO**, tipo Menor Preço Valor Global, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE EVENTO NO BALNEÁRIO BELÉM BRASÍLIA DO MUNICÍPIO DE GUADALUPE-PI.**

Compulsando os autos e considerando o nível de complexidade do serviço, entendo que in casu há um conjunto de elementos necessários e suficientes para bem caracterizar o objeto da licitação, tendo em vista o artigo 7º, I e II, da Lei n° 8.666/93.

Estabelece o artigo 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93, que as minutas de editais de licitação devem ser previamente examinadas e aprovadas por Assessoria Jurídica da Administração. Confeccionado o Edital, também restaram elaborados os termos, anexos e juntadas as documentações afins, documentação esta que fora ainda analisada no Parecer Prévio, tendo sido aparentemente satisfeitas, todas as exigências para o prosseguimento do certame.

Concluída a sessão de abertura dos envelopes de documentação e proposta de preços, o procedimento licitatório foi encaminhado a esta procuradoria jurídica para emissão do parecer jurídico conclusivo.

O processo conta até aqui devidamente numerado e rubricado.

Cumprе destacar que o presente parecer versa exclusivamente sobre o aspecto legal do processo, sem adentrar a conveniência da licitação e seus objetos.

Como já mencionado esta Assessoria Jurídica já se manifestou nos autos por meio do Parecer Jurídico, opinando pela regularidade da minuta do edital e da minuta do contrato, bem quanto aos aspectos da fase interna da Tomada de Preços em tela pois constatamos o referido edital em absoluto respeito à Lei Federal n° 8.666/93, quanto às normas e princípios que regem a matéria.

Depreende-se dos autos que o Município pretende contratar, mediante a modalidade de Tomada de Preço do tipo Menor Preço Valor Global, empresa especializada para - **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE EVENTO NO BALNEÁRIO BELÉM BRÁSILIA DO MUNICÍPIO DE GUADALUPE-PI**, conforme especificações contidas no edital e seus anexos. Inicialmente, há que se analisar se a licitação poderá ou não ser efetuada pela modalidade escolhida, a saber, a Tomada de Preços.

Considera-se oportuno o esclarecimento no sentido de que essa modalidade de licitação, Tomada de Preços, tem por objetivo levar a efeito o certame, com fundamento no § 2º, do art. 22, bem como a alínea "b" do art. 23 ambos da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, que assim dispõem:

Art.22. São modalidades de licitação:

(...)

II - tomada de preços;

(...)

(...)

(...)

§ 2º Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

(...)

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I - para obras e serviços de engenharia:

(...)

b) tomada de preços - até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);

(...).

A modalidade Tomada de Preços, que pode ser aplicada no caso em pauta, pois há autorização legal prevista no art. 23, I, b da Lei nº 8.666, de 1993, enquadrando-se esta modalidade no critério da anualidade orçamentária do planejamento das despesas públicas, considerando investimentos desta municipalidade em despesas desta natureza no exercício financeiro corrente.

Ainda sobre o normativo de regência, cabe trazer à baila os dispositivos inerentes ao pretendido certame:

Art.7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência

- I - projeto básico;
 - II - projeto executivo;
 - III - execução das obras e serviços.
- (...)

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

- I - houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;
- II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- III - houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;

(...)

Art. 8º A execução das obras e dos serviços deve programar-se, sempre, em sua totalidade, previstos seus custos atual e final e considerados os prazos de sua execução.

Parágrafo único. É proibido o retardamento imotivado da execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, se existente previsão orçamentária para sua execução total, salvo insuficiência financeira ou comprovado motivo de ordem técnica, justificados em despacho circunstanciado da autoridade a que se refere o art. 26 desta Lei

Art. 10. As obras e serviços poderão ser executados nas seguintes formas:

(...)


II - execução indireta, nos seguintes regimes:

- a) empreitada por preço global;

(...)

Art. 12. Nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços serão considerados principalmente os seguintes requisitos:

- I - segurança;
- II - funcionalidade e adequação ao interesse público;
- III - economia na execução, conservação e operação;
- IV - possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação;
- V - facilidade na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou do serviço;
- VI - adoção das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas;
- VII - impacto ambiental.

O presente certame teve sua divulgação realizada através de publicação no Diário Oficial dos Municípios, no site do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (LICITAÇÕESWEB) e mural desta Prefeitura, tendo como data marcada para sua abertura o dia 08/08/2022, respeitando, portanto, o prazo legal estabelecido para este tipo de procedimento. 

Conforme se extrai da ata de realização do presente procedimento licitatório, no endereço, data e hora marcadas para abertura do procedimento, o Presidente abriu a Sessão Pública em atendimento às condições contidas no edital, onde compareceram as seguintes empresas:

1. CONSTRUTORA ZETTA LTDA, CNPJ Nº 11.119.545/0001-38
2. J. W. SOUSA LIMA EIRELI - EPP, CNPJ Nº 08.672.027/0001-22 (APENAS PROTOCOLOU ENVELOPES HABILITAÇÃO, PROPOSTA DE PREÇOS E CREDENCIAMENTO)
3. RESILIENCE CONSULTORIA, GESTÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ Nº 44.060.856/0001-28. (APENAS PROTOCOLOU ENVELOPES HABILITAÇÃO, PROPOSTA DE PREÇOS E CREDENCIAMENTO).
4. J. A. C. SÁ EIRELI, CNPJ Nº 17.257.344/0001-83
5. NB PEREIRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS-EPP, CNPJ Nº 28.341.992/0001-30
6. CONSTRUTORA GURGUÉIA, CNPJ Nº 01.907.303/0001-55 (APENAS PROTOCOLOU ENVELOPES HABILITAÇÃO, PROPOSTA DE PREÇOS, NÃO TENDO CREDENCIADO REPRESENTANTE LEGAL)
7. CONSTRUTORA RUFINO EMPREENDIMENTOS & CONSULTORIAS, CNPJ Nº 06.056.416/0001-08
8. CONSTRUTORA E ENGENHARIA ALMEIDA & CIA LTDA LTDA-ME, CNPJ Nº 03.841.508/0001-00
9. AR ENGENHARIA, CNPJ Nº 28.395.450/0001-40 (APENAS PROTOCOLOU DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO, HABILITAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS)
10. LUSTOSA CONSTRUTORA, CNPJ Nº 02.664.140/0001-90 (APENAS PROTOCOLOU ENVELOPES HABILITAÇÃO, PROPOSTA DE PREÇOS E CREDENCIAMENTO)
11. PLENNUS CONSTRUTURA, COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA, CNPJ Nº 19.562.853/0001-45
12. CONSERBAS - CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELLI-ME, CNPJ Nº 17.452.767/0001-54

Destaca-se que foram recebidos pela Comissão Permanente de Licitação a documentação de credenciamento das empresas e dos seus representantes legais presentes e os envelopes contendo Documentação de Habilitação e Proposta Comercial que estavam lacrados e devidamente rubricados por seus representantes legais e demais presentes. Na fase de credenciamento as empresas:

1. CONSTRUTORA ZETTA LTDA, CNPJ Nº 11.119.545/0001-38, cumpriu plenamente ao disposto no Edital, tendo assim credenciado seu representante legal para as fases seguintes do certame;
2. J. W. SOUSA LIMA EIRELI - EPP, CNPJ Nº 08.672.027/0001-22 (APENAS PROTOCOLOU ENVELOPES HABILITAÇÃO, PROPOSTA DE PREÇOS E CREDENCIAMENTO), cumpriu plenamente ao disposto no Edital, tendo assim credenciado seu representante legal para as fases seguintes do certame;
3. RESILIENCE CONSULTORIA, GESTÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ Nº 44.060.856/0001-28, , cumpriu plenamente ao disposto no Edital, tendo assim credenciado seu representante legal para as fases seguintes do certame;
4. J. A. C. SÁ EIRELI, CNPJ Nº 17.257.344/0001-83, cumpriu plenamente ao disposto no Edital, tendo assim credenciado seu representante legal para as fases seguintes do certame;

5. NB PEREIRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS-EPP, CNPJ N° 28.341.992/0001-30, cumpriu plenamente ao disposto no Edital, tendo assim credenciado seu representante legal para as fases seguintes do certame;6. CONSTRUTORA RUFINO EMPREENDIMENTOS & CONSULTORIAS, CNPJ N° 06.056.416/0001-08, cumpriu plenamente ao disposto no Edital, tendo assim credenciado seu representante legal para as fases seguintes do certame;
7. CONSTRUTORA E ENGENHARIA ALMEIDA & CIA LTDA LTDA-ME, CNPJ N° 03.841.508/0001-00, (APENAS PROTOCOLOU ENVELOPES HABILITAÇÃO, PROPOSTA DE PREÇOS E CREDENCIAMENTO), não tendo credenciado representante legal.
8. CONSTRUTORA GURGUÉIA, CNPJ N° 01.907.303/0001-55 (APENAS PROTOCOLOU ENVELOPES HABILITAÇÃO, PROPOSTA DE PREÇOS, NÃO TENDO CREDENCIADO REPRESENTANTE LEGAL)
9. AR ENGENHARIA, CNPJ N° 28.395.450/0001-40, cumpriu plenamente ao disposto no Edital, tendo assim credenciado seu representante legal para as fases seguintes do certame;
10. LUSTOSA CONSTRUTORA, CNPJ N° 02.664.140/0001-90 , cumpriu plenamente ao disposto no Edital, tendo assim credenciado seu representante legal para as fases seguintes do certame;
11. PLENNUS CONSTRUTURA, COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA, CNPJ N° 19.562.853/0001-45, cumpriu plenamente ao disposto no Edital, tendo assim credenciado seu representante legal para as fases seguintes do certame;
12. CONSERBAS - CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELLI-ME, CNPJ N° 17.452.767/0001-54, cumpriu plenamente ao disposto no Edital, tendo assim credenciado seu representante legal para as fases seguintes do certame;

Após a fase de credenciamento e a abertura dos envelopes de habilitação e apreciação dos mesmos pelos licitantes, a Comissão de licitação, nos termos do item 18.16, decidiu por suspender o presente certame, oportunidade em que foi designada nova data para continuidade do certame, tendo sido designado o dia 16/08/2022.

Na data e hora marcadas para continuidade do procedimento, o Presidente abriu a sessão, onde compareceu somente a seguinte empresa: PLENNUS CONSTRUTURA, COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA, CNPJ N° 19.562.853/0001-45.

Na sessão anterior, foram recebidos pela Comissão Permanente de Licitação a documentação de credenciamento de representante legal e os envelopes contendo a Documentação de Habilitação, Proposta Comercial que estavam lacrados e devidamente rubricados por seus representantes legais e pela Comissão. Ato contínuo a Comissão passou a analisar os documentos de habilitação, oportunidade em que ficou consignado o seguinte:

1. Quanto a CONSTRUTORA E LOCADORA GURGUÉIA, CNPJ N° 01.907.303/0001-55 a mesma deixou de atender ao item 6.2.5.1, deixando de apresentar juntamente com a Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu

representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme exigência do art.7º, XXXII da Constituição Federal, a Certidão Negativa de Infração à Legislação da Criança e do Adolescente, expedida pelo Ministério do Trabalho, ficando assim inabilitada para a fase seguinte;


2. Quanto a CONSTRUTORA E ENGENHARIA ALMEIDA & CIA LTDA LTDA-ME, CNPJ Nº 03.841.508/0001-00 deixou de cumprir o item 6.2.4.1.1.6. ao não apresentar a comprovação de prestação de garantia para manutenção da proposta correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação, com validade de 60 (sessenta) dias a partir da data de apresentação das propostas em uma das modalidades: em dinheiro (espécie ou cheque administrativo), seguro garantia, fiança bancária e títulos da Dívida Pública, este último, devendo criteriosamente se dar na forma do Artigo 56, § 1º, I da Lei 8.666/93 ficando assim inabilitada para a fase seguinte;

3. NB PEREIRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS-EPP, CNPJ Nº 28.341.992/0001-30, a mesma deixou de atender ao item 6.2.5.1, deixando de apresentar juntamente com a Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme exigência do art.7º, XXXII da Constituição Federal, a Certidão Negativa de Infração à Legislação da Criança e do Adolescente, expedida pelo Ministério do Trabalho, ficando assim inabilitada para a fase seguinte;

Quanto as demais empresas, consoante lista abaixo, todas restaram-se habilitadas para o prosseguimento no presente certame:

- I. CONSTRUTORA ZETTA LTDA, CNPJ Nº 11.119.545/0001-38;
- II. J. W. SOUSA LIMA EIRELI - EPP, CNPJ Nº 08.672.027/0001-22;
- III. RESILIENCE CONSULTORIA, GESTÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ Nº 44.060.856/0001-28;
- IV. J. A. C. SÁ EIRELI, CNPJ Nº 17.257.344/0001-83;
- V. CONSTRUTORA RUFINO EMPREENDIMENTOS & CONSULTORIAS, CNPJ Nº 06.056.416/0001-08;
- VI. AR ENGENHARIA, CNPJ Nº 28.395.450/0001-40;
- VII. LUSTOSA CONSTRUTORA, CNPJ Nº 02.664.140/0001-90;
- VIII. PLENNUS CONSTRUTURA, COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA, CNPJ Nº 19.562.853/0001-45;
- IX. CONSERBAS - CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELLI-ME, CNPJ Nº 17.452.767/0001-54.

Após a análise e habilitação das empresas participantes, consoante lista acima, passou-se a fase seguinte do presente certame com a abertura dos envelopes contendo as propostas das empresas acima habilitadas que estavam devidamente lacrados e assinados pelos licitantes presentes na sessão anterior e pela comissão.

Após a abertura dos envelopes, passou-se a análise das propostas, as quais foram vistas pela comissão e licitante presente e que apresentavam os seguintes valores: 

1. CONSERBAS - CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELLI-ME, CNPJ N° 17.452.767/0001-54 - R\$ 326.862,57;
2. RESILIENCE CONSULTORIA, GESTÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ N° 44.060.856/0001-28 - R\$ 345.262,44;
3. CONSTRUTORA RUFINO EMPREENDIMENTOS & CONSULTORIAS, CNPJ N° 06.056.416/0001-08 - R\$ 373.919,30;
4. PLENNUS CONSTRUÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA, CNPJ N° 19.562.853/0001-45 - R\$ 378.215,19;
5. LUSTOSA CONSTRUTORA, CNPJ N° 02.664.140/0001-90 - R\$ 390.769,34;
6. AR ENGENHARIA, CNPJ N° 28.395.450/0001-40 - R\$ 403.012,44;
7. J. A. C. SÁ EIRELI, CNPJ N° 17.257.344/0001-83 - R\$ 445.987,84;
8. J. W. SOUSA LIMA EIRELI - EPP, CNPJ N° 08.672.027/0001-22 - R\$ 446.972,66;
9. CONSTRUTORA ZETTA LTDA, CNPJ N° 11.119.545/0001-38; - R\$ 447.987,84;

Desta forma, após parecer técnico do setor de engenharia atestando a regularidade da proposta vencedora bem como da análise da documentação apresentada, a Comissão, nos termos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, decidiu, em sua unanimidade, CLASSIFICAR a proposta da empresa **CONSERBAS - CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELLI-ME, CNPJ N° 17.452.767/0001-54 - R\$ 326.862,57**, pelo valor global de **R\$ 326.862,57 (trezentos e vinte e seis mil, oitocentos e sessenta e dois reais e cinquenta e sete centavos)** como **VENCEDORA**.

No que tange à regularidade fiscal, foram apresentadas provas de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, e no cadastro de contribuintes do Estado do Piauí, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. A empresa demonstrou ainda estar em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social, e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, bem como perante a Fazenda Estadual e a do Município de sua sede e além disso, foi apresentada a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e de observância ao artigo 27, V, da Lei n° 8.666/93, decorrente da norma contida no artigo 7°, XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como a declaração de idoneidade exigida no Edital


Em síntese, verifica-se que o processo ora analisado se encontra e consonância com as normas legais, encontrando-se apto a produzir seus efeitos. Todo o procedimento fora conduzido observando integralmente a legislação pertinente, conforme o mandamento da própria Constituição da República, inclusive sem qualquer interposição de recursos pela empresa inabilitada.

Se reconhecer a validade dos atos praticados e a conveniência da licitação, a autoridade superior deverá

homologar o resultado e considerando o exposto, opino pela homologação do certame. É o nosso parecer, S.M.J.

Retornem-se os autos a CPL.

Guadalupe (PI), 31 de agosto de 2022.



Dr. João Alberto Bandeira Arnaud Filho
Assessor Jurídico
Advogado OAB/PI 11.725